

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento

 Isabel Corrêa da Silva

Doutora em História pela Universidade de Lisboa (ULisboa).
Investigadora Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa (ICS/ULisboa).
Lisboa – PORTUGAL

<https://www.ics.ulisboa.pt/pessoa/isabel-correa-da-silva>
isabelcorreadasilva@ics.ulisboa.pt

 orcid.org/0000-0001-7854-0902

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180314352022e0103>

Recebido: 09/11/2021

Aprovado: 16/03/2022

Para citar este artigo:

SILVA, Isabel Corrêa da. “O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, e0103, jan./abr. 2022.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas

Resumo

Já desde o período anterior à independência do Brasil que a figura do “brasileiro” ocupa um lugar importante na literatura portuguesa, ficcional e não ficcional. E desde sempre a qualificação acarretou a ideia de uma natureza intermediária entre dois mundos. No espaço da monarquia atlântica não havia portugueses e brasileiros, mas havia territórios bem distintos e o “brasileiro” era o português que ia residir para o território do Brasil e depois voltava, ou não, para o reino. No século XIX, a manutenção e renovação deste circuito migratório consolidou-se já num contexto internacional pós-colonial entre dois países independentes. Sobretudo na segunda metade do século, o significativo aumento do fluxo de circulação de pessoas reflectiu-se no incremento da presença do “brasileiro” nas representações literárias, nos debates da opinião pública e mesmo nas agendas políticas. Mas neste contexto, e considerando o passado colonial que unia Portugal e Brasil, o “brasileiro” não foi visto como um mero emigrante. Mas, de facto, como uma figura que continuava a fazer a mediação entre dois mundos, entre duas entidades nacionais, sem nunca corresponder à integridade da origem nem do destino: uma categoria social híbrida e, veremos, transnacional.

Palavras-chave: Portugal; Brasil; transnacionalismo; emigração; identidade nacional; categorização social.

“O Brasileiro”: 19th century transnational social categorization and status

Abstract

Since before Brazil's independence, the figure of the "Brasileiro" has occupied an important place in Portuguese literature, fictional and non-fictional. And the qualification has always entailed the idea of an intermediate nature between two worlds. In the space of the Atlantic monarchy there were no Portuguese and Brazilians, but there were very distinct territories, and the name "Brasileiro" meant the Portuguese who went to live in Brazil and then returned, or not, to the kingdom. In the 19th century, the maintenance and renewal of this migratory circuit was consolidated in a post-colonial international context between two independent countries. Especially in the second half of the century, the significant increase in the flow of people was reflected in the increased presence of the "Brasileiro" in literary representations, in the debates of public opinion and even in political agendas. But in this context, and considering the colonial past that united Portugal and Brazil, the "Brasileiro" was not seen as a mere emigrant. But, in fact, as a figure who continued to mediate between two worlds, between two national entities, without ever corresponding to the integrity of either origin or destination: a hybrid social category and, we shall see, a transnational one.

Keywords: Portugal; Brazil; transnationalism; emigration; national identity; social categorization.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

1. Introdução

Este artigo resulta do cruzamento entre os dois principais domínios historiográficos sobre os quais tenho debruçado a minha investigação nos últimos anos: a cultura política portuguesa do século XIX e as relações entre Portugal e o Brasil no mesmo período. Sintetiza, revê e coloca em diálogo conclusões e dados que recolhi nas minhas pesquisas sobre as relações luso-brasileiras no século XIX, a emigração portuguesa para o Brasil, as elites sociais e políticas do liberalismo português e a cultura política da monarquia constitucional portuguesa. Compila e analisa um leque variado de informações com o objectivo de prestar um contributo para a melhor compreensão de um estereótipo social que há já séculos tem um importante lugar no seio da literatura portuguesa, ficcional e não ficcional: o "brasileiro".¹

Os emigrantes portugueses que regressaram do Brasil no século XIX, com riqueza suficiente para ascender social e, por vezes, politicamente na sua terra natal, foram apelidados pelos seus contemporâneos, e tornaram-se para a posteridade conhecidos, como "brasileiros". Durante toda a sua vida, estes emigrantes, que no seu próprio país eram chamados de "brasileiros" e no Brasil eram estigmatizados de "portugueses", estiveram sempre sujeitos à pressão de mecanismos sobrepostos de exclusão e inclusão. Situação que condicionou a sua integração tanto no país de acolhimento como na pátria, mas que teve também grande impacto na sua própria percepção de uma identidade nacional.

O objectivo deste artigo é, assim, reflectir sobre a construção social desta categoria híbrida, analisando os critérios de inclusão e exclusão social da cultura liberal portuguesa do século XIX. A utilização operativa do conceito "transnacional" permite alargar a perspectiva para além de uma leitura social, económica ou mesmo territorial (centro *versus* interior) e reconhecer o

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/50013/2020 e UIDP/50013/2020 e da Norma Transitória DL57/2016/CP1441/CT0009.

¹ Este texto corresponde a uma síntese de algumas das conclusões da minha tese de doutoramento: SILVA, Isabel Corrêa da. **Espelho Fraternal**: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX. Lisboa: Divina Comédia, 2013. Uma versão mais reduzida em inglês deste artigo foi publicada em 2018: SILVA, Isabel Corrêa da. The “Brasileiro”: a 19th century transnational social category. In: Sofia Aboim, Paulo Granjo, Alice Ramos. (Eds.). **Changing societies**: legacies and challenges. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, vol. 1 (Ambiguous inclusions: inside out, outside in), p. 221-240.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

fenómeno dentro de uma problematização histórica relativa a questões de identidade nacional. O artigo questiona também, e tenta revelar as muitas das suas incertezas e fragilidades, o nosso conhecimento historiográfico actual sobre o contexto social onde a categorização foi produzida. Chamando a atenção para este fenómeno de categorização, o artigo espera também contribuir para identificar algumas das condições necessárias para a integração na comunidade cívica e na comunidade nacional portuguesa do século XIX.

2. Os portugueses no Brasil no século XIX, do colonizador ao imigrante: o "português"

Após a perda do Brasil em 1822, e muito antes de considerar seriamente a exploração económica dos seus territórios africanos, Portugal percebeu a necessidade absoluta de reestruturar a sua economia ou, nas palavras de Mouzinho da Silveira, ministro da Fazenda em 1823, a urgência "(...) de achar no trabalho os meios de vida que tinha nas colónias".² No entanto, o anseio por relações económicas privilegiadas com o Brasil caracterizou a diplomacia portuguesa logo desde os primeiros anos após a independência de 1822. As sucessivas tentativas fracassadas de assinar um tratado comercial marcaram o panorama das relações luso-brasileiras ao longo de todo o século XIX. Acordos estiveram prestes a ser assinados em 1826, 1836, 1840, 1889, 1892 e 1908.³ Mas nenhum o foi. Esta obsessão não era apenas nostalgia imperial. Era impulsionada por um fenómeno empírico que de forma espontânea assegurava a continuidade de uma ligação especial entre Portugal e o Brasil: a migração.

Na verdade, durante o século XIX, os portugueses no Brasil passaram de colonizadores a imigrantes. O período de tempo relativamente curto em que esta transformação aconteceu permitiu a continuidade de diferentes processos, entre os quais o prosseguimento de formas renovadas de ressentimento. Os sentimentos depreciativos por detrás das imagens caricaturais do "português" feitas pelos habitantes do Brasil sobreviveram ao século com apenas alguns

² Cf. RAMOS, Rui. Desmoronamento e reconstrução da economia. In: António Reis. (Dir.). **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Alfa, 1990, v. 1, p. 153-223, 179.

³ CASTRO, Zília Osório de, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão Sarmento. (Org.). **Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

ajustamentos. Ondas recorrentes de lusofobia irromperam nas primeiras décadas logo após a independência e caracterizaram o processo de construção nacional do Império Brasileiro, embora normalmente circunscritas aos contextos urbanos e motivadas principalmente pela rivalidade económica no contexto da posição dominante portuguesa no comércio de escravos.⁴ Sendo a mais portuguesa das cidades brasileiras, o Rio de Janeiro foi também um dos espaços mais propícios à ascensão destes sentimentos anti-lusitanos. De facto, do século XVIII ao século XX, o fluxo da emigração portuguesa nunca foi interrompido nesta cidade. Nas primeiras décadas do império, os emigrantes portugueses investiram, em grande parte, no imobiliário urbano e em pequenas propriedades comerciais, tendo o monopólio do comércio a retalho e controlando, por conseguinte, uma parte importante do mercado de trabalho.⁵ Mais tarde, este cenário será estrutural para a mobilização, acolhimento e integração dos homens e mulheres que encarnaram o fenómeno da migração em massa que começou nos anos 70 do século XIX e atingiu o seu apogeu na alvorada do novo século, quando o Rio de Janeiro se tornou, depois de Lisboa, a cidade com a maior população portuguesa do mundo.⁶

Neste novo cenário, o modelo tradicional de migrante da época colonial: rapaz solteiro que viajava sozinho aos 12 ou 13 anos com uma alfabetização mínima, muitas vezes com a viagem paga pela família, com o objectivo de angariar algum dinheiro e depois regressar, já não era possível de encontrar. Dava a sua vez a um padrão distinto de migração caracterizado pela chegada de famílias inteiras, muito pobres, analfabetas, muitas vezes com contratos de trabalho já assinados e sem grandes perspectivas de regresso. O estereótipo, que floresceu na sociedade brasileira por volta daquela época, do português ignorante, ganancioso e rude, é uma combinação de sentimentos para com

⁴ LESSA, Carlos. Nação e Nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos*, n. 21, p. 30-57, Julho 1988; RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990; MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

⁶ OLIVEIRA, Alberto de. *Na Outra Banda de Portugal: Quatro Anos no Rio de Janeiro*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1919, p. 15.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

aqueles dois tipos de migrantes: ressentimento contra o primeiro, desdém para com o segundo. Em qualquer caso, o resultado foi uma espécie de, não intencional, assassinato de carácter de um determinado grupo social e étnico, num contexto de dura competição laboral e de nacionalismo crescente.

Naturalmente, esta situação não visava exclusivamente os portugueses: como em qualquer sociedade multi-cultural, não havia provavelmente nenhum estrangeiro a salvo de algum tipo de preconceito. No entanto, a comunidade imigrante portuguesa tinha características específicas que a distinguiam de outros grupos de imigrantes, a começar pelo facto de os seus membros partilharem um passado histórico, social e cultural com os seus anfitriões. Uma circunstância que, se por um lado, implicava muitos inconvenientes, por outro, permitia também uma espécie de familiaridade que era crucial para a organização interna da colónia e para a integração do imigrante na sociedade brasileira.

Infelizmente, não existem estatísticas oficiais fidedignas sobre a emigração portuguesa do século XIX.⁷ Números aproximados do êxodo dos emigrantes portugueses estão disponíveis durante alguns períodos, mas não é possível avaliar a dimensão da comunidade imigrante portuguesa no Brasil apenas com base em tais dados. As estimativas contemporâneas da sua dimensão no início do século XX variam entre os 700.000 e um milhão. Mas é possível tirar algumas conclusões se restringirmos o nosso inquérito à cidade do Rio de Janeiro: de acordo com o censo brasileiro de 1906, havia 132.529 indivíduos portugueses a viver no Rio, representando cerca de 70% de todos os estrangeiros e um quinto da população total da cidade.⁸

Embora as estatísticas não nos dêem números exactos sobre a dimensão da comunidade portuguesa no Rio, podem, no entanto, informar-nos sobre a sua organização cívica. Dados de 1913 sobre instituições de assistência social no Rio

⁷ Porque uma substancial parte da emigração dava-se por ados circuitos oficiais e sem registos de passaporte. Sigo aqui a introdução do meu artigo *The monarchical engagement of Portuguese immigrants in Brazil: a case of nineteenth-century transnational politics*. *Atlantic Studies*, v. 15, n. 4, p. 539-558, 2018. Publicado on-line: 13 Dezembro 2017.

⁸ BARBOSA, José. *As relações luso-brasileiras: a imigração e a “desnacionalização” do Brasil*. Lisboa: José Barbosa, 1909, p. 45 e “Carta de D. Carlos à Duquesa de Uzès”, 12 de Dezembro de 1907 em CAVALHEIRO, Rodrigues. *Dom Carlos I e o Brasil*. Lisboa: Separata de Diário da Manhã, 1957, p. 20.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

de Janeiro revelam a existência de 24 associações portuguesas com aproximadamente 63.000 membros, o que significa que cerca de 40% destes imigrantes foram integrados em redes de assistência cultural ou social.⁹ Estas associações prestaram apoio na doença, financiaram imigrantes que desejavam regressar a casa, ajudaram os recém-chegados a estabelecer-se, auxiliaram nos contactos com a pátria (relativamente a correspondência, a remessas, etc.), promoveram actividades culturais patrióticas, tais como palestras, aulas nocturnas sobre história, cultura e língua portuguesas, bem como empréstimos de livros e actividades de celebração de feriados nacionais. Até agora, o estudo destas associações tem sido considerado com reservas pelos estudos das Migrações, visto como a "espuma das ondas migratórias" e, portanto, não representativo do todo.¹⁰ Contudo, a minha investigação leva-me a acreditar que as fontes associativas são de grande valor não só porque nos permitem acompanhar a organização colectiva, mas também porque contribuem para a descrição sociológica dos grupos que, mais ou menos voluntariamente, tiveram algum tipo de liderança moral e social oficiosa da comunidade migrante.¹¹

Esta perspectiva orientada para as instituições permite-nos identificar e caracterizar uma parte da elite que incluía pessoas detentoras de capital social capazes de intervenção política tais como empresários, lojistas endinheirados, comerciantes, jornalistas, editores, escritores, detentores de títulos nobiliárquicos, profissionais liberais, diplomatas e autoridades consulares. Uma elite que, independentemente de não ter uma responsabilidade oficial, desempenhou o papel de representante informal da comunidade migrante. Mesmo tratando-se apenas de uma "amostra social" – que está longe de nos dar o quadro completo, pela sua mobilidade geográfica, envolvimento emocional e político e pelo seu comportamento económico –, esta elite configurou, efectivamente, uma categoria social transnacional.¹²

⁹ AAVV. *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil): História e Estatística. Comemoração do Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Typ. "Anuário do Brasil", 1922 e FONSECA, Vítor Marques da. *Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1916*. *Revista Migrações*, n. 5, p. 221-237, Outubro de 2009.

¹⁰ NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. *Migrant associations: the Spanish transatlantic experience, 1870-1970*. *Social History*, v. 41, n. 2, p. 136-154, 141, 2006.

¹¹ Ver PEYROU, Florencia. *The role of Spain and the Spanish in the creation of Europe's transnational democratic political culture, 1840-70*. *Social History*, v. 40, n. 4, p. 497-517, 2015.

¹² ØSTERGAARD-NIELSEN, Eva. *The Politics of Migrants' Transnational Political Practices*. *International Migration Review*, v. 37, n. 3, p. 760-786, 775, 2003.

Excluindo diplomatas e funcionários consulares, a maioria dos membros desta elite partilhava uma experiência de vida comum: homens chegados ao Brasil em meados do século XIX, com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos, vindos de meios modestos para se dedicarem a actividades comerciais. Partilhavam também uma ética baseada em princípios de meritocracia, filantropia e honestidade. Este conjunto de valores não só lhes proporcionava uma individualidade distinta, como também lhes oferecia um sentido particular de pertença, não apenas a uma categoria socioprofissional ou de classe, mas a um grupo mais subjectivo de uma "comunidade imaginada", abarcando simultaneamente a nacionalidade brasileira e portuguesa, mas sendo, ao mesmo tempo, exterior a ambas.

Os padrões de reprodução cultural e social na comunidade portuguesa no Brasil reflectiram, assim, este sentimento de pertença incompleta em formas tão subtis como: a sobrevalorização da meritocracia; a promoção de uma ética de sacrifício e trabalho; o fomento de uma consciência patriótica profundamente ligada ao país de origem, mas simultaneamente independente da política nacional. Na verdade, foi a própria natureza histórica desta consciência que levou os imigrantes portugueses a considerarem-se como uma parte importante do desenvolvimento da nacionalidade brasileira – como uma espécie de herdeiros e continuadores da missão colonizadora portuguesa. Consciência que ganhava, a partir do último quarto do século, mais relevância num contexto de competição migratória com outras comunidades migrantes, como a italiana por exemplo, que disputavam mercado de trabalho e influência social e política.

Os emigrantes portugueses também expressaram o seu sentimento de dupla lealdade patriótica ao escolherem o destino dos rendimentos do seu trabalho. Por razões óbvias, o principal beneficiário destes rendimentos foi a economia brasileira, mas a "miragem do retorno" sempre desempenhou um papel importante na estratégia de gestão de activos da emigração e, neste sentido, os emigrantes promoveram quase sempre um movimento significativo de capitais bidirecional entre o país de origem e o de acolhimento. De facto, na viragem do século, as finanças de Portugal estavam consideravelmente dependentes das transferências de dinheiro dos imigrantes no Brasil, e os

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

governos portugueses nunca desvalorizaram essa fonte de receita, que desempenhou um papel crucial para assegurar um excedente na balança de crédito portuguesa em Londres.¹³ Além disso, os imigrantes portugueses residentes no Brasil continuaram também a consumir produtos da pátria e, na primeira década do século XX, este consumo representava cerca de 18% de todas as exportações portuguesas.¹⁴ Os testamentos deixados por estes homens ilustram esta mentalidade transnacional: uma grande parte deles deixou instruções para que o seu dinheiro e propriedades fossem divididos entre os seus herdeiros espalhados entre o Brasil e Portugal. E nos casos muito comuns em que não existiam herdeiros directos, a fortuna foi normalmente destinada a instituições de beneficência, à construção de escolas e hospitais, e a outro tipo de iniciativas de caridade em ambos os lados do Atlântico.¹⁵

As remessas de dinheiro, os padrões nostálgicos de consumo e os investimentos eram apenas a faceta económica de uma existência já social e emocionalmente distribuída entre o "aqui" e o "lá". Sem surpresas, este curso de vida transnacional favoreceu também a ascensão de práticas políticas transnacionais, um fenómeno que será de grande consequência para a política interna portuguesa no final da Monarquia e nos primeiros anos do regime republicano, na transição do século XIX para o XX.¹⁶

3. O emigrante português regressado do Brasil: o "brasileiro"

Muito antes de atingir um impacto nacional, o que só acontecerá no início do século XX, o envolvimento político destes emigrantes portugueses no Brasil já era muito valioso a nível local e regional. Em 1881, o *Inquérito Industrial* concluiu que na região do Porto "os capitais valiosos adquiridos no Brasil e as estreitas

¹³ Este cenário tinha algumas semelhanças com o contemporâneo Império Britânico, ver MAGEE, Gary B. e THOMPSON, Andrew S. The Global and Local: Explaining Migrant Remittance Flows in the English-Speaking World, 1880-1914. *The Journal of Economic History*, v. 66, n. 1, p. 177-202, Fevereiro 2006.

¹⁴ LAINS, Pedro. *Os Progressos do Atraso: Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 78; PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983, p. 257-261 e ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: s.n., 1994, p. 272.

¹⁵ PILOTO, Adelina. *O concelho de Vila do Conde e o Brasil: emigração e retorno (1865-1913)*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2014.

¹⁶ Cf. SILVA, 2017.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

relações que a emigração constante deste distrito mantém com o império americano pressentem-se, mais ou menos, em todas estas indústrias, assim como essas circunstâncias ali animam a actividade agrícola e o alto preço a que tem chegado a propriedade".¹⁷

Outro inquérito especificamente sobre emigração, publicado alguns anos antes, concluiu que cerca de 50% dos emigrantes que regressaram do Brasil entre 1863 e 1873 conseguiram poupar o suficiente para serem considerados de pequena-média riqueza, embora destes apenas um terço tenha mostrado uma fortuna acima dos 10 "contos".¹⁸ Por mais optimista que este cenário possa parecer, não devemos esquecer que estamos a lidar com dados que por defeito excluem os casos de insucesso. De acordo com o testemunho do cônsul português no Rio de Janeiro ao mesmo *Inquérito sobre Emigração* de 1873 "pode calcular sem receio de errar que de 1000 emigrantes, 10 conseguem ser ricos, 100 remediados, o resto vegetam apenas se não morrem".¹⁹ Compreensivelmente, apenas os dois primeiros grupos tinham condições para regressar a casa. Assim, o rótulo "brasileiro" por defeito implicava alguém com alguns meios.

Porque sempre mantiveram uma identidade transnacional, ao estabelecerem-se no seu país natal, estes emigrantes tiveram um impacto muito positivo no desenvolvimento da sua comunidade de origem. Na verdade, estimularam a modernização em muitos aspectos diferentes, tais como nas finanças, na industrialização, na inovação arquitectónica, ou na filantropia. Por exemplo, as “casas de brasileiro” destacavam-se do cenário rural da época, e são ainda hoje uma marca da paisagem rural do norte de Portugal. Rompem com o paradigma regional em termos de estilo; materiais de construção; volumetria e

¹⁷ *Inquérito Industrial* de 1881 citado em MÓNICA, Maria Filomena. Capitalistas e industriais (1870-1914). *Análise Social*, v. XXIII, n. 99, p. 819-863, 828-829, 1987.

¹⁸ Para uma avaliação correlativa destes valores, é útil saber que um artista teria, como salário diário, cerca de 400 "reis" e um trabalhador manual 200 "reis". Assim, 1 "conto" de "reis" representaria cerca de 6 a 12 anos de trabalho em Portugal, numa perspectiva de pleno emprego, cf. ALVES, 1994, p. 261-270.

¹⁹ *Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros - Emigração Portuguesa* (1874), documento n. 222: Resposta do sr. António de Almeida Campos, cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro ao sr. Andrade Corvo, Anexo F, citado em PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política Portuguesa de Emigração*. São Paulo: EDUSC e Instituto Camões, 2002, p. 275-282.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

são reconhecíveis num só olhar. Muito provavelmente devido ao seu desvio em relação ao padrão, não surpreende que tenham sido consideradas de mau gosto pelas elites portuguesas da época.²⁰

A filantropia foi o campo onde os "brasileiros" fizeram, provavelmente, uma maior diferença no que diz respeito ao desenvolvimento local. A caridade era uma prática comum entre as elites liberais, mas estes emigrantes tinham uma predisposição particular, que estava obviamente relacionada com a sua experiência de vida no seio da comunidade imigrante no Brasil. Foram, por isso, muito provavelmente os filantropos mais importantes do seu tempo no que diz respeito sobretudo à educação e às redes de benemerência como as Santas Casas da Misericórdia. A construção de uma escola na sua freguesia natal tornou-se quase uma regra. Já sem mencionar alguns casos extraordinários, como o do conde de Ferreira, que deixou em testamento a obrigação de construir 120 escolas espalhadas por todo o país.²¹

Ao longo de todo o século XIX, a coroa portuguesa esteve bem ciente da contribuição significativa destes ricos "brasileiros" para o desenvolvimento da sua pátria, bem como da sua dedicação às redes de solidariedade no seio da comunidade migrante no Brasil. Como sinal de reconhecimento, os reis concederam títulos quer de nobreza, quer de ordens honoríficas a praticamente todos aqueles emigrantes portugueses que conseguiram alcançar um lugar de algum significado no coração da colónia, ou que regressaram a casa suficientemente ricos para servirem generosamente a sua comunidade natal.

A historiografia ainda não considerou suficientemente esta atenção que os governos da monarquia constitucional portuguesa dedicaram às muitas dimensões da dinâmica transnacional desenvolvida por estes "brasileiros". É por isso que pode ser surpreendente perceber que a partir de 1850, e até ao fim da monarquia (em 1910), existiram cerca de 160 títulos de nobreza concedidos a

²⁰ MONTEIRO, Miguel. Marcas arquitectónicas do brasileiro na paisagem do Minho. In: Portugal. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os Brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 61-81.

²¹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, ESTEVES, Alexandra, COELHO, José Abílio, FRANCO, Renato. (Coord.). **Os "Brasileiros" enquanto agentes da mudança: poder e assistência**. Braga/Rio de Janeiro: CITCEM - Universidade do Minho/Fundação Getúlio Vargas, 2013.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

emigrantes que viviam no Brasil ou que já tinham regressado a Portugal. A maioria destes novos titulares era de origens muito modestas, principalmente do norte ou centro interior de Portugal (Minho, Trás-os-Montes e Beiras), com uma vida de trabalho árduo dedicada a actividades comerciais. Considerando apenas o universo de títulos de nobreza concedidos pela primeira vez após 1850 (num total de aproximadamente 950), a quantidade de títulos concedidos aos emigrantes portugueses no Brasil (156) ou aos nacionais brasileiros (47) corresponde a cerca de 21% do total.²² A partir destes números há pelo menos três comentários que podemos fazer quanto à relação entre poder político e "brasileiros".

Em primeiro lugar, vale a pena enfatizar o empenho constante do Estado em conceder reconhecimento oficial a um certo grupo de pessoas que, como característica louvável em comum, apenas tinham o facto de terem posto a sua riqueza ao serviço dos seus compatriotas. Devemos notar que, na sua maioria, estes homens eram comerciantes, negociantes e financeiros com pouca ou nenhuma ligação à política nacional e, portanto, o título de nobreza dificilmente poderia funcionar como uma recompensa por favores políticos. Contudo, também não funcionava, apenas, como reconhecimento do empreendedorismo civil, como foi, por exemplo, o caso das Ordens de Mérito Industrial, criadas pelo rei D. Carlos em 1893 para esse fim específico. Certamente, os títulos "brasileiros" enquadraram-se num paradigma de recompensa por mérito, mas também se aplicaram a uma nova forma de entender o serviço à monarquia, considerando-o para além do quadro tradicional da coroa e da administração do Estado. Estes "brasileiros" foram recompensados porque serviram a monarquia portuguesa entendendo-a como a nação portuguesa, um conceito bastante moderno e, no entanto, impreciso que compreendia todos os homens e mulheres portugueses, incluindo aqueles que viviam fora do território nacional.

Em segundo lugar, devemos notar que os números acima corroboram o que já escrevemos sobre o forte desejo dos governos portugueses em manter boas relações com o Brasil. De facto, com 34%, o Brasil ocupa o primeiro lugar no total de títulos portugueses concedidos a estrangeiros ao longo de todo o

²² Uma estimativa feita a partir dos dados compilados por VASCONCELOS, Francisco de. *A nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

século XIX. É seguido pela Inglaterra (24%), França (14%), Espanha (9%) e Alemanha (5%). É fácil encontrar coincidências entre esta classificação e a tabela das exportações nacionais. Também é fácil compreender como uma forma de chegar ao favor do governo brasileiro foi pela influência da elite da colônia portuguesa, que tinha um poder de *lobby* em alguns assuntos de Estado controlando, por exemplo, uma parte importante da imprensa do Rio de Janeiro.

Terceiro, reconhecendo o facto de que o tesouro público português utilizava títulos e outras honras como fonte de receita, compreendemos como esta foi outra forma de colocar os "brasileiros" a contribuir para as finanças do Estado, uma vez que cada título ou honra concedida pela coroa estava sujeito a tributação. Empenhado, em teoria, em abolir o privilégio e favorecer o mérito, o Estado liberal tributou fortemente o uso de títulos aristocráticos e outras formas de aparato tradicional da nobreza. O que pode parecer uma contradição quando sabemos que no século XIX o número de títulos de nobreza e de muitas outras ordens honoríficas aumentou como nunca antes.²³ Mas, se por um lado, a antiga aristocracia estava na sua maioria falida ao ponto de muitas vezes ter de recorrer ao favor do rei para negociar condições de pagamento mais suaves dos impostos devidos pelos seus títulos tradicionais de nobreza, por outro lado, uma nobreza de segundo grau (fidalguia) e uma burguesia ascendente eram cada vez mais ricas e politicamente mais influentes e, portanto, ávidas na busca de sinais de distinção. A monarquia liberal estava, de facto, a abrir o acesso às fileiras nobres, o que, para além de ser um esforço democrático, representava também um rendimento não negligenciável para o tesouro do Estado.

O Estado liberal português tinha muitas razões para agradar aos "brasileiros" e para alimentar a sua natureza transnacional. Os benefícios económicos internos e a influência política no país de acolhimento eram provavelmente os mais óbvios mas não os únicos. No esforço de nacionalização das monarquias, que foi comum a muitos estados-nação ocidentais durante o século XIX, as comunidades de emigrantes começaram a desempenhar um papel

²³ Cf. SILVA, Isabel Corrêa da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites e nobreza na monarquia liberal: um itinerário crítico. In: Isabel Corrêa da Silva, Rui Ramos e José Murilo de Carvalho. (Coord.). **Dois Países, Um Sistema: a Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)**. Alfragide: Dom Quixote, 2018.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

bastante importante na construção de uma certa ideia de identidade nacional que incluía diferentes percepções de conceitos antagônicos tais como raça, etnia, língua, cultura e tradição. Neste contexto, manter a lealdade nacional dos "brasileiros" para com a coroa era uma questão relevante. Também porque por volta do início do século XX, os republicanos começaram a dirigir seriamente a sua propaganda aos emigrantes portugueses no Brasil.

No entanto, este *fons honorum* oficial não tinha uma correspondência social. Afinal, mesmo honrados pela coroa portuguesa, estes portugueses ricos regressados do Brasil nunca deixaram de ser "brasileiros". Ao contrário do que seria de esperar, parece que os sinais de maior *status* atribuídos pelo Estado não serviram realmente como um veículo de ascensão social e integração na elite social portuguesa.²⁴ Só muito excepcionalmente alguns destes "brasileiros" obtiveram posições políticas ou administrativas mais elevadas a nível nacional depois de regressarem a casa. Embora alguns se tenham tornado líderes políticos locais ou mesmo presidentes de câmara de pequenas cidades, muito poucos conseguiram sentar-se na câmara baixa ou alta do Parlamento ou em outros cargos públicos de prestígio.

O padrão mais comum de fixação destes ex-emigrantes foi na sua aldeia ou vila natal ou, no máximo, na cidade mais próxima, onde fizeram algum investimento comercial ou industrial. Além do confinamento local, podem ser tomados em consideração outros potenciais constrangimentos à reprodução social destes "brasileiros". A sua própria reprodução fisiológica estava limitada, uma vez que estes homens emigraram durante a sua juventude e muitas vezes casaram já numa idade avançada, o que naturalmente reduzia as probabilidades de uma grande descendência. Casaram frequentemente com herdeiras da nobreza local terratenente, salvando assim muitas famílias nobres tradicionais e as suas herdades da ruína. Mas exemplos como os do visconde de Moraes ou dos condes de Alto Mearim, cujos descendentes directos (filhos ou netos) casaram em famílias da alta nobreza, são excepcionais. Da mesma forma, os casos de

²⁴ Refiro-me ao fenómeno de regresso da segunda metade do século XIX, que é completamente diferente das circunstâncias migratórias das primeiras décadas do século, quando os "brasileiros" eram homens que tinham partido para o Brasil no contexto do Império Luso-Brasileiro e cuja integração na nova elite liberal era completamente natural.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

segundos titulares "brasileiros" dos títulos de nobreza são também exceções.²⁵ Assim, embora a prosopografia sociológica destes "brasileiros" ainda esteja por fazer, a literatura monográfica dispersa existente aponta para uma muito fraca capacidade destes ricos ex-emigrantes em serem assimilados pelo estrato superior da sociedade onde, pelo enobrecimento, teoricamente pertenciam.

Contudo, não devemos olhar para este quadro e simplesmente ver um choque entre dois mundos opostos: um de privilégio e outro de mérito, nem entre uma velha e uma nova sociedade. Na segunda metade do século XIX, os estratos mais altos da sociedade portuguesa já eram muito heterogêneos, e o estatuto social ou mesmo a nobreza podiam ser adquiridos por uma multiplicidade de formas: currículo acadêmico, finanças, casamento, política, comércio, indústria, etc. Os títulos de nobreza em uso representavam principalmente a aristocracia civil. Em qualquer caso, no início do século XX, os títulos de nobreza representavam menos de 5% do total das distinções concedidas pela coroa.²⁶

Muito provavelmente devido a todos os problemas de conceptualização que vêm com o esforço histórico (Elite ou elites? Elites políticas? Elites sociais? Elites culturais? Elites locais?), ainda não há muito trabalho acadêmico sobre as elites portuguesas do século XIX. Embora fosse muito necessário. A começar pela possibilidade de colocar o caso português no seio do velho, e ainda não encerrado, debate internacional sobre as consequências reais das revoluções burguesas/liberais. E, portanto, contribuir com mais um caso nacional para a discussão sobre a persistência do *antigo regime* em sociedades com uma industrialização negligenciável ou tardia na Europa do século XIX.²⁷ A visão de uma sociedade burguesa inacabada no Portugal liberal foi dominante na historiografia

²⁵ Uma característica que diferenciava a nobreza do século XIX da nobreza do *antigo regime* era o facto de ser, maioritariamente, não-hereditária. Contudo, esta circunstância não impedia que muitos descendentes pedissem a renovação dos títulos após a morte dos progenitores. No entanto, a situação atrás descrita é muito rara entre os "brasileiros".

²⁶ Das cerca de 7000 distinções atribuídas no período entre 1900 e 1910, apenas 233 eram títulos de nobreza. A contagem das distinções e dos indivíduos é uma estimativa feita a partir do inquérito de FORJAZ, Jorge. *Mercês Honoríficas do século XX (1900-1910)*. Lisboa: Guarda-Mor, 2012.

²⁷ MAYER, Arno J. *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1981.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

portuguesa dos anos 70 e 80, numa altura em que os estudos sobre burguesia, nobreza e elites começaram a proliferar por toda a Europa.²⁸

Os estudos mais recentes tendem a estar em claro desacordo com a perspectiva que suporta a persistência de características de um mundo pré-moderno na sociedade portuguesa do século XIX.²⁹ De facto, considerando a propriedade como o principal indicador e comparando com outras realidades nacionais, o caso português apresenta um cenário de queda brusca do *antigo regime*, com um declínio particularmente rápido da rica aristocracia fundiária e das linhagens nobres tradicionais. A historiografia já demonstrou como a revolução liberal de 1820 e o longo processo de liberalização da sociedade portuguesa (1820-1834), incluindo a guerra-civil e as suas consequências jurídico-administrativas (legislação de Mouzinho da Silveira à cabeça) teve um impacto extraordinário na sociedade portuguesa, demolindo irremediavelmente as suas fundações tradicionais. Além disso, e mais uma vez a comparação por exemplo, com Espanha, provou também que a legislação liberal dos primeiros governos constitucionais foi de consequências catastróficas para o património das antigas casas tradicionais, incluindo a casa real de Bragança.³⁰ A tese do declínio absoluto do *antigo regime* é ainda suportada pela fraca presença da velha aristocracia nas altas patentes políticas da monarquia liberal, tais como o governo e o parlamento.³¹

²⁸ Cf. SERRÃO, Joel. Para um inquérito à burguesia portuguesa oitocentista. In: Joel Serrão. **Temas Oitocentistas**: II. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 227-239 ou, do mesmo autor, Nobreza. *Época Contemporânea*. In: Joel Serrão. (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1984, v. IV, p. 394-397; GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1971.

²⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Estado da Questão. Aristocracias europeias oitocentistas. Apresentação. **Penélope**, Lisboa, n. 12, p. 83-85, 1993, e do mesmo autor, **Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 139-163.

³⁰ FONTANA, Josep. Transformaciones agrarias y crecimiento económico en la España contemporánea. In: Josep Fontana. **Cambio económico y atitudes políticas en la España del siglo XIX**. 2ed. Barcelona: Ariel, 1975 e RUIZ TORRES, Pedro. Aristocracia e revolução liberal em Espanha. **Penélope**, Lisboa, n. 12, p. 101-118, 1993.

³¹ ALMEIDA, Pedro Tavares de. **A construção do estado liberal: Elite política e burocracia na "Regeneração" (1851-1890)**. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995. Cf. Também SILVA, Isabel Corrêa da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites e nobreza na monarquia liberal: um itinerário crítico. In: Isabel Corrêa da Silva, Rui Ramos e José Murilo de Carvalho. (Coord.). **Dois Países, Um Sistema: a Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)**. Alfragide: Dom Quixote, 2018, p. 321-351.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

Tudo isto é verdade mas, no meu ponto de vista, insuficiente para configurar uma imagem sólida de uma sociedade moderna, completamente imbuída de uma mentalidade burguesa e meritocrática, sem restos da cultura e valores políticos tradicionais. Já sabemos que a antiga aristocracia estava arruinada e não tinha qualquer papel relevante na política. Mas embora muito importantes, as esferas económica e política não são os únicos indicadores que devemos ter em consideração quando tentamos reconhecer a modernidade de uma sociedade. É fundamental considerar também as dimensões sociais e culturais. Ao dizer isto, sugiro outras questões: a antiga aristocracia ainda tinha alguma influência social? Como se relacionou com a nova elite burguesa que se ergueu durante o século XIX? E esta nova elite liberal tinha um *ethos* próprio, completamente distinto das elites do *antigo regime*?

O encantamento da elite burguesa com o *ethos* da nobreza é uma característica comum a muitas culturas nacionais europeias do século XIX e amplamente reconhecido pela literatura. Para ir além desta afirmação, deveríamos tentar perceber se a reprodução deste *ethos* tradicional significava a rejeição da mentalidade liberal que levou ao enriquecimento e à ascensão social.³² Este parece ser um aspecto chave porque obriga a definir com maior precisão aquilo com que estamos a lidar quando falamos de "mentalidade liberal" fora de um quadro ideológico. Será que falamos das estratégias de gestão da propriedade e da riqueza? Ou do tipo de dependência e de ligações ao poder político? Será apenas um comportamento social: estratégias matrimoniais, por exemplo? Ou diz respeito a escolhas estilísticas e estéticas? Ou com níveis de investimento cultural e educativo? Finalmente, como, e em que medida, esta mentalidade liberal contribuiu realmente para a ascensão social? Quanto melhor respondermos a estas perguntas, mais próximos estaremos de imaginar as elites liberais portuguesas e de compreender a sua autonomia em relação ao *ethos* e à mentalidade das antigas classes dirigentes.

Biografias de algumas figuras muito importantes e muito ricas da sociedade portuguesa do século XIX, tais como José Maria Eugénio de Almeida, Manuel José Gomes da Costa São Romão e José Maria dos Santos contradizem

³² FONSECA, Fernando Taveira da. Elites e classes médias. In: José Matoso. (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5 (O Liberalismo), p. 465.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

a imagem de uma burguesia economicamente conservadora despreocupada com o progresso nacional.³³ Contudo, só mais inquéritos biográficos e monográficos deste tipo poderão provar ou negar se estes casos representam o padrão comum ou a exceção.³⁴

Um estudo que analisa livros de etiqueta portugueses do século XIX, e muitos textos de drama social do mesmo período, diz que ao longo do século houve, de facto, um esforço para codificar os modos e desenhar um *ethos* burguês particular caracterizado pela trilogia clássica da ética do trabalho, do mérito e da discrição. No entanto, esse mesmo estudo argumenta também que a partir de um certo momento (mais tarde no século), a ostentação e a ociosidade tornaram-se distintivas desta mesma burguesia, numa apropriação progressiva do capital simbólico da nobreza. Nesses dramas, a tensão entre o bem e o mal é normalmente demonstrada por um conflito entre duas personagens principais: frequentemente, o rude magnata (muitas vezes, o "brasileiro") desempenha o papel do vilão, enquanto os velhos aristocratas são frequentemente retratados como personagens heróicas, combinando um certo ideal nostálgico da tradição com a sua independência do poder político devido à riqueza herdada.³⁵

Mesmo admitindo que uma particular reverência à tradição e uma certa propensão para a nostalgia são características da sociedade portuguesa do século XIX, o cenário que descrevemos não pode ser desligado do historicismo da época e do fenómeno da "invenção da tradição" que foi comum a muitas sociedades europeias durante o mesmo período. No entanto, é difícil imaginar alguém em Portugal a reproduzir o que na Alemanha Alfred Krupp declarou sobre preferir ser o primeiro dos industriais a ser o último dos cavaleiros.³⁶ As 7000

³³ Ver MARTINS, Conceição Andrade. Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos. *Análise Social*, v. XXVII, n. 116-117, p. 367-404, 1992 e FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime. José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração. *Análise Social*, Lisboa, v. XXIII, n. 9, p. 865-904, 1987.

³⁴ O estudo de Maria Antonieta Cruz sobre as elites portuenses do século XIX mitiga esta perspectiva: *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999, p. 289-340.

³⁵ SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos. *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa no Século XIX*. Lisboa: Presença, 1983, p. 54.

³⁶ GAY, Peter. *Une culture bourgeoise*: Londres, Paris, Berlin: biographie d'une classe sociale, 1815-1914. Paris: Éditions Autrement, 2005, p. 26 [tradução francesa de *Schnitzler's Century: The Making of Middle-Class Culture, 1815-1914*. Nova Iorque: W.W. Norton & Co., 2002].

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

decorações concedidas pela coroa portuguesa entre 1900 e 1910 reforçam esta ideia.

Se o estatuto social já não estava dependente do nascimento nobre, da mesma forma que já não estava limitado à fortuna, estava sem dúvida condicionado a algum tipo de desempenho social. Ou seja, ao cumprimento de um código particular de costumes e civilidade, e à exibição de certos sinais de dignidade. Nesta perspectiva, é mais fácil compreender as dificuldades e constrangimentos que envolvem a assimilação social dos “brasileiros” no regresso. Mesmo exibindo títulos de nobreza, após uma vida no estrangeiro, eram vistos não só como meteoros sociais, mas também como estrangeiros. A literatura da época espelha bem os sentimentos contraditórios que os “brasileiros” motivaram. Eça de Queirós, o escritor português mais famoso e sagaz da segunda metade do século XIX, denunciou frequentemente a atitude snobe e cínica dos portugueses para com os “brasileiros”: “Por isso tu – que em conversas, entre amigos, no café, és inesgotável a troçar o brasileiro, – no jornal, no discurso ou no sermão, és inexaurível a glorificar o Brasileiro. Em cavaqueira é o *macaco*; na imprensa é o *nosso irmão d’além-mar*.”³⁷

Se, por um lado, os “brasileiros” eram exemplos vívidos de empreendedorismo e ascensão por mérito, por outro lado, os seus modos do novo mundo não se adequavam às normas sociais das elites portuguesas. Assim, foram empurrados para uma categoria própria, o que os estigmatizou não só em termos de estatuto social, mas também em termos da sua identidade nacional.

É também importante notar que a natureza transnacional do “brasileiro” foi um dispositivo de exclusão alimentado por ambos os lados da história. Um dispositivo que era predominantemente utilizado numa dimensão simbólica, mas que também foi frequentemente utilizado de forma operativa em muitos aspectos diferentes da vida quotidiana, como a fuga ao serviço militar ou a outras obrigações civis. Os almanaques comerciais da cidade do Porto, onde aparecia o nome dos empresários “brasileiros” seguido da abreviatura (Braz.), são um exemplo vivo desta distinção voluntária, uma vez que sabemos que estes

³⁷ QUEIRÓS, Eça de. Fevereiro de 1872. In: Eça de Queirós. *Uma Campanha Alegre*: de “As Farpas”. Lisboa: Livros do Brasil, 2001 [1890], p. 312.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

almanaques apenas publicavam a informação fornecida pelos próprios indivíduos.³⁸ Ao deliberadamente escolherem aparecer identificados como "brasileiros", estes homens estavam a utilizar o dispositivo de diferenciação em seu próprio benefício. Não eram estrangeiros, porque estes almanaques tinham listas específicas para os não-nacionais, mas não queriam ser vistos como qualquer outro homem de negócios português, encenando a sua própria identidade transnacional e o que ela subentendia em termos de alcance e extensão da sua rede de negócios.

4. Conclusões e análise futura

O objectivo deste questionamento panorâmico sobre as elites portuguesas do século XIX foi principalmente revelar as idiossincrasias e a complexidade do universo atravessado pelo "brasileiro" e reconhecer o terreno de incertezas em que nos movemos quando tentamos estabelecer generalizações. Ao identificar as condições de inclusão que faltaram aos "brasileiros", esperamos ter contribuído para uma compreensão mais profunda da sociedade portuguesa do século XIX, que produziu essa classificação, e para um conhecimento mais exacto dos critérios que funcionaram como guardiões das fileiras mais elevadas dessa sociedade.

Os romancistas e jornalistas portugueses já na altura reconheciam o que os antropólogos e sociólogos identificam hoje como um "imaginário correlativo" ou uma dupla sensibilidade étnica dos migrantes transnacionais.³⁹ A imagem do "brasileiro" é, de facto, uma marca da literatura ficcional e não ficcional portuguesa do século XIX: um personagem condenado a nunca ter um sentido completo da sua própria nacionalidade. No Brasil, nunca deixará de ser o português; em Portugal, é irremediavelmente o "brasileiro".

Na transição para o século XX, no contexto histórico da emergência do novo imperialismo que caracterizou o período, os "brasileiros", particularmente aqueles que ainda viviam no Brasil, ganharam uma importância sem precedentes.

³⁸ ALVES, 1994, p. 263-264.

³⁹ WESTWOOD, Sallie e PHIZACKLEA, Annie. *Trans-Nationalism and the Politics of Belonging*. Londres: Routledge, 2000, p. 11-14.

"O Brasileiro": sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

Portugal encontrou no exemplo do Brasil um argumento sutil para lidar com a pressão internacional relativamente ao seu Império, mostrando os êxitos da ex-colônia como prova das suas capacidades para assumir uma "missão civilizadora" em África. Os emigrantes portugueses no Brasil desempenharam um papel fundamental nesta estratégia, representando simbolicamente o papel de herdeiros dos antigos colonizadores e funcionando como agentes de propaganda das ambições imperiais portuguesas.

A época da ascensão de um novo tipo de nacionalismo, impregnado de aspiração imperial e nostalgia, foi simultaneamente um período de decadência da cultura cívica liberal do século XIX. Este contexto de substituição gradual dos critérios cívicos por critérios culturais de reconhecimento social tornou mais fácil a valorização dos "brasileiros" por parte dos seus concidadãos. A sua característica transnacional foi finalmente vista como sendo do interesse de um novo discurso ideológico, mas também social, que celebrava a fraternidade luso-brasileira e previa um destino civilizador comum para Portugal e Brasil. Tempos diferentes, contextos políticos distintos que revitalizaram o uso ideológico da natureza transnacional destes emigrantes. Um cenário complexo também à espera de mais investigação do ponto de vista da história social.

Referências

AAVV. **Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil):** História e Estatística. Comemoração do Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Typ. "Anuário do Brasil", 1922.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos**, n. 21, p. 30-57, Julho 1988.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. **A construção do estado liberal:** Elite política e burocracia na "Regeneração" (1851-1890). Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

ALVES, Jorge Fernandes. **Os Brasileiros:** Emigração e Retorno no Porto Oitocentista. Porto: s.n., 1994.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, ESTEVES, Alexandra, COELHO, José Abílio, FRANCO, Renato. (Coord.). **Os “Brasileiros” enquanto agentes da mudança: poder e assistência**. Braga/Rio de Janeiro: CITCEM - Universidade do Minho/Fundação Getúlio Vargas, 2013.

BARBOSA, José. **As relações luso-brasileiras: a imigração e a “desnacionalização” do Brasil**. Lisboa: José Barbosa, 1909.

CASTRO, Zília Osório de, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão Sarmiento. (Org.). **Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

CAVALHEIRO, Rodrigues. **Dom Carlos I e o Brasil**. Lisboa: Separata de Diário da Manhã, 1957.

CRUZ, Maria Antonieta. **Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999.

FONSECA, Fernando Taveira da. Elites e classes médias. In: José Matoso. (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5 (O Liberalismo).

FONSECA, Helder Adegar e REIS, Jaime. José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração. **Análise Social**, Lisboa, v. XXIII, n. 9, p. 865-904, 1987.

FONSECA, Vítor Marques da. Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1916. **Revista Migrações**, n. 5, p. 221-237, Outubro de 2009.

FONTANA, Josep. **Cambio económico y atitudes políticas en la España del siglo XIX**. 2ed. Barcelona: Ariel, 1975.

FORJAZ, Jorge. **Mercês Honoríficas do século XX (1900-1910)**. Lisboa: Guarda-Mor, 2012.

GAY, Peter. **Une culture bourgeoise**: Londres, Paris, Berlin: biographie d'une classe sociale, 1815-1914. Paris: Éditions Autrement, 2005.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1971.

LAINS, Pedro. **Os Progressos do Atraso: Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

LESSA, Carlos. Nação e Nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008.

MAGEE, Gary B. e THOMPSON, Andrew S. The Global and Local: Explaining Migrant Remittance Flows in the English-Speaking World, 1880-1914. **The Journal of Economic History**, v. 66, n. 1, p. 177-202, Fevereiro 2006.

MARTINS, Conceição Andrade. Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos. **Análise Social**, Lisboa, v. XXVII, n. 116-117, p. 367-404, 1992.

MAYER, Arno J. **The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1981.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MÓNICA, Maria Filomena Mónica. Capitalistas e industriais (1870-1914). **Análise Social**, Lisboa, v. XXIII, n. 99, p. 819-863, 1987.

MONTEIRO, Miguel. Marcas arquitectónicas do brasileiro na paisagem do Minho. In: Portugal. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os Brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Estado da Questão. Aristocracias europeias oitocentistas. Apresentação. **Penélope**, Lisboa, n. 12, p. 83-85, 1993.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. Migrant associations: the Spanish transatlantic experience, 1870-1970. **Social History**, v. 41, n. 2, p. 136-154, 2006.

OLIVEIRA, Alberto de. **Na Outra Banda de Portugal: Quatro Anos no Rio de Janeiro**. Lisboa: Portugal-Brasil, 1919.

ØSTERGAARD-NIELSEN, Eva. The Politics of Migrants' Transnational Political Practices. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 760-786, 2003.

PEREIRA, Miriam Halpern. **Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política Portuguesa de Emigração**. São Paulo: EDUSC e Instituto Camões, 2002.

PEYROU, Florencia. The role of Spain and the Spanish in the creation of Europe's transnational democratic political culture, 1840-70. **Social History**, v. 40, n. 4, p. 497-517, 2015.

PILOTO, Adelina. **O concelho de Vila do Conde e o Brasil: emigração e retorno (1865-1913)**. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2014.

QUEIRÓS, Eça de. **Uma Campanha Alegre: de "As Farpas"**. Lisboa: Livros do Brasil, 2001 [1890].

RAMOS, Rui. Desmoronamento e reconstrução da economia. In: António Reis. (Dir.). **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Alfa, 1990, v. 1.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

RUIZ TORRES, Pedro. Aristocracia e revolução liberal em Espanha. **Penélope**, Lisboa, n. 12, p. 101-118, 1993.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos. **Para uma Sociologia da Cultura Burguesa no Século XIX**. Lisboa: Presença, 1983.

SERRÃO, Joel. **Temas Oitocentistas: II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SERRÃO, Joel. (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1984, v. IV.

SILVA, Isabel Corrêa da. **Espelho Fraternal: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX**. Lisboa: Divina Comédia, 2013.

SILVA, Isabel Corrêa da. The monarchical engagement of Portuguese immigrants in Brazil: a case of nineteenth-century transnational politics. **Atlantic Studies**, v. 15, n. 4, p. 539-558, 2018. Publicado on-line: 13 Dezembro 2017.

“O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas
Isabel Corrêa da Silva

SILVA, Isabel Corrêa da, RAMOS, Rui e CARVALHO, José Murilo de. (Coord.). **Dois Países, Um Sistema:** a Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910). Alfragide: Dom Quixote, 2018.

SILVA, Isabel Corrêa da. The “Brasileiro”: a 19th century transnational social category. In: Sofia Aboim, Paulo Granjo, Alice Ramos. (Ed.). **Changing societies:** legacies and challenges. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, vol. 1 (Ambiguous inclusions: inside out, outside in), p. 221-240.

VASCONCELOS, Francisco de. **A nobreza do século XIX em Portugal.** Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

WESTWOOD, Sallie e PHIZACKLEA, Annie. **Trans-Nationalism and the Politics of Belonging.** Londres: Routledge, 2000.